RELATÓRIO DA SUPERVISÃO DE ANÁLISE E PESQUISA

Projeto de Indicação nº 121/2020
Autoria: Vereador Sidninho
Ementa: "Indica ao Excelentíssimo Senhor Prefeito da capital, Antônio Carlos Peixoto de Magalhães Neto, que isente pelo prazo de 90 dias, os contribuintes dos tributos que integram o Sistema Tributário do Município, a fim de evitar a falta de recursos para manter o sustento familiar dos soteropolitanos durante o período de isolamento de prevenção da pandemia do Covid-19."

1. BASE REGIMENTAL

- A proposição objeto de estudo é regulamentada no Capítulo VII - Das Indicações, arts. 209 a 212 da Resolução 910/91 e suas alterações posteriores, sendo o texto do *caput* do art. 209, *in verbis: "*Art. 209. **Indicação é a proposição através da qual o Vereador: I - sugere a outro Poder a adoção de providência, a realização de ato administrativo ou de gestão, ou o envio de Projeto sobre a matéria de sua iniciativa exclusiva**; §1º a indicação, na hipótese do inciso I, será objeto de requerimento escrito, despachado pelo Presidente e publicado no Diário do Legislativo."

2. DA ANÁLISE E PESQUISA

- Em conformidade com as normas regimentais e da técnica legislativa, foi realizada pesquisa em banco de dados constituídos e constatamos a **inexistência** de proposição legislativa que verse sobre o consignado na epígrafe.

- A título de informação legislativa, menciona-se a existência do PIN nº 77/2020, o qual: "Indica ao Exmo. Sr. Prefeito**,** a suspensão dos vencimentos dos tributos municipais por 6 (seis) meses em razão da pandemia do COVID-19." Sendo a isenção hipótese de exclusão do crédito tributário, conforme art. 175, I, do Código Tributário Nacional - CTN[1] e a Moratória, hipótese de suspensão do crédito tributário, art. 151, do CTN.[2] Institutos distintos.

Sala das Comissões, em 08 de abril de 2020.

Arthur Henrique Linhares Calvetti
Supervisor de Análise e Pesquisa

---

1 **Código Tributário Nacional – CTN.** Art. 175. Excluem o crédito tributário: I - a isenção;

2 **Código Tributário Nacional – CTN.** Art. 151. Suspendem a exigibilidade do crédito tributário: I - moratória;